

A redefinição do espaço público e da cidadania no contexto da transnacionalização econômico-simbólica

Livio Osvaldo Arenhart¹

Sumário: Introdução. 1. Redefinição do espaço público. 2. Cidadania global. Considerações finais. Referências.

Resumo: A protagonização do espaço público pelas empresas que atuam segundo o princípio da administração global e a lógica do mercado, e a transnacionalização do consumo urbano e do universo midiático borraram os contornos espaciais do público, de tal modo que ele deve ser reconhecido com imagens de circuitos e fluxos que extrapolam os territórios nacionais. Nesse cenário público transnacional, em função da depreciação das formas tradicionais de representação política e de solução dos problemas, surgem os movimentos sociais e as redes desses movimentos, que, segundo uma lógica de resistência e luta por direitos e uma ética de diálogo intercultural, articulam as ações coletivas locais com ações regionais e transnacionais, e combinam as manifestações massivas e a articulação em redes globalizadas, pela mediação das Organizações Não-Governamentais. O engajamento dos cidadãos nesse tipo de ações coletivas constitui uma nova forma de exercício da cidadania.

Palavras-chave: Transnacionalização econômico-simbólica - cenário público transnacional - cidadania global.

Abstract: The use of public space by enterprises which follow the principles of global administration and market strategies, and the transnational urban consumption and the universal media, interfere in the spheres of the public space in such a way that it must be recognized with circuitry images and fluxes which extrapolate the national boundaries. In this public transnational scenario, because of the depreciation of traditional forms of political representation and of problem-solving solutions, social movements and their corresponding nets pop up, which, following a logic of resistance and a fight for rights and an intercultural ethnics dialogue, they formulate local collective actions intertwined with regional and transnational actions, and they organize massive demonstrations and the articulation in global networks, through the mediation of Non-Governmental Organizations. The engagement of the citizens in this kind of collective action constitutes a new way of citizenship exercise.

Keywords: Economic and symbolic transnationalization - transnational public scenario - global citizenship

Introdução

Este texto trata da redefinição do espaço público e a da cidadania. Situar-se de modo minimamente adequado na sociedade globalizada, especialmente a partir de 1989, requer a adoção de uma forma alternativa de exercício da cidadania. Não

¹ Professor da Graduação, Especialização e do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da URI, campus de Santo Ângelo.

basta cumprir papéis sociais em instituições que restringem sua atuação a funções políticas e espaços territoriais pré-fixados. Salta aos olhos de todos, por exemplo, o descrédito dos partidos políticos; ainda que sejam indispensáveis, são vistos como inoperantes ou contraproducentes, no que atine aos fins sociais pelos quais se justifica a sua existência histórica. Manifestamente, acumulam-se e globalizam-se frustrações e ódios por força da inoperância dos métodos tradicionais de resolver os problemas, seja em relação às empresas (mercado), seja em relação aos órgãos estatais (Estado). Neste contexto, em que cresce a tendência à desresponsabilização social, paradoxalmente, até mesmo a busca individualizada de soluções para os problemas – o “jeitinho” – tende a cair no vazio. Daí a pergunta: que lucidez é necessária para ser eficaz nas iniciativas de intervenção e participação política? Como compreender e exercer a cidadania no contexto da sociedade globalizada? Em que termos há que se redefinir a participação política? Para responder a essas perguntas, são invocados, majoritariamente, os pesquisadores Néstor García Canclini e Ilse Scherer-Warren.

1. Redefinição do espaço público

Atualmente, os códigos compartilhados que permitem que nos entendamos “são cada vez menos os da etnia, da classe ou da nação em que nascemos” (Canclini, 1999: 85-86). Várias décadas de construção de símbolos transnacionais criaram “uma cultura internacional-popular” (Canclini, 1999: 87; Ortiz, 1994: 104). No interior da sociedade globalizada de consumo, forjam-se referências culturais mundializadas. Personagens, imagens, situações, veiculadas pela publicidade, histórias em quadrinhos, televisão, cinema, Internet, constituem-se em substratos de uma memória internacional-popular, na qual se inscrevem as lembranças de todos (Ortiz, 1994: 126).

A “globalização do consumo urbano” e o “caráter transnacional do universo midiático” nos obrigam a “recolocar a questão do público” (1999: 92. 281; 2003b: 175). Foram borrados os contornos espaciais do público, de modo que “devemos reconhecê-lo com imagens de circuitos e fluxos que extrapolam os territórios” (2003b: 175). As metáforas espaciais ainda usadas para falar do público devem ser compreendidas “nesse sentido aberto e transterritorial” (Id. *Ibid.*). A esfera pública é redefinida por John Keane nos seguintes termos:

um tipo particular de relação entre duas ou mais pessoas, normalmente vinculadas por algum meio de comunicação (televisão, rádio, satélite, fax, telefone, etc.), na qual se produzem controvérsias não-violentas, durante um tempo breve ou mais extenso, referentes às relações de poder que operam dentro de um meio de interação e/ou dentro dos âmbitos mais amplos de estruturas sociais e políticas em que os disputantes se situam (Apud Canclini, 2003b: 175).

Ou seja, a esfera pública “não se esgota no campo das interações políticas, nem no âmbito do nacional” (Canclini, 1999: 281). Além das atividades estatais ou diretamente ligadas a atores políticos, o público abrange “o conjunto de atores – nacionais e internacionais – capazes de influir na organização do sentido coletivo e nas bases culturais e políticas da ação dos cidadãos” (Id. *Ibid.*); o espaço público transborda a esfera das instituições políticas clássicas; o público é o “marco midiático” (Id. p. 55).

Se é verdade que o público é o marco midiático, então a mídia tende a absorver a esfera pública e o “lobbysmo” se tornou uma das formas mais eficazes de política (2002: 62; 2003b: 22). Correspondentemente, depreciam-se as formas tradicionais de representação política.

Tratando da questão da reestruturação da cultura urbana e da protagonização do espaço público pelas empresas que atuam segundo o princípio da administração global, que tendem a subordinar a sociedade civil mundial a seus interesses privados e que controlam as tecnologias eletrônicas, Canclini não acredita que esteja havendo uma “substituição absoluta da vida urbana pelos meios audiovisuais”, submetidos à lógica do mercado (2003a: 290). Como não pode sedimentar tradições, não pode criar vínculos entre sujeitos, não pode gerar inovação social e tende mais a encobrir os conflitos do que a elaborá-los, o mercado não satisfaz o desejo desse algo mais que não é o entretenimento massificado e que é justamente o que está em jogo no intercâmbio entre culturas, nas diferentes esferas do espaço público (Canclini, 2003b: 184). Há entre o urbano e o comunicacional um “jogo de ecos”, de maneira que “a publicidade comercial e os lemas políticos que vemos na televisão são os que reencontramos nas ruas, e vice-versa: umas ressoam nas outras” (Canclini, 2003a: 290).

Essa circularidade entre o urbano e o comunicacional subordina, mas não consegue soterrar totalmente os testemunhos da história, o sentido público construído em experiências de longa duração. Por essa e outras razões, “a videopolítica não se converteu na única cultura” (Canclini, 1999: 267). Os melodramas, que continuam tendo repercussão na televisão e em outros meios, assim como as reflexões críticas e os movimentos sociais de oposição, levantam “indagações sobre o reconhecimento entre os homens e sobre o conflito entre os grupos” (Id. *Ibid.*). As astúcias da videopolítica são insuficientes para reduzir as epopeias populares a simulacro ou extraviá-las na voragem de espetáculos esportivos, musicais e telenovelescos (Id. p. 286).

Notoriamente, as cidades se encontram dilaceradas pelo crescimento errático e por um multiculturalismo conflitante, tanto que constituem o cenário em que melhor se manifesta o declínio das utopias que imaginaram um desenvolvimento humano ascendente e coeso através do tempo. Essa é, entre outras coisas, a razão

pela qual ganharam ibope os movimentos sociais urbanos e as ações fragmentárias e fugazes (Id. p. 154).

Dos contatos sociais diretos, da confiabilidade e das identidades ideológicas – identificações personalizadas, diretas –, que vão se construindo no desenvolvimento das ações coletivas, típicas das ações políticas locais, decorrem as redes sociais primárias, por meio das quais, entre outras coisas, os novos atores da globalização, dentre eles os movimentos sociais e as Organizações Não-Governamentais (ONGs), “levam a efeito suas ações translocais e transnacionais” (Scherer-Warren, 1999: 83-84). Relativamente aos resultados dessas ações translocais e transnacionais, convém ser modesto, embora não pessimista. Os movimentos ecológicos, de direitos humanos, de mulheres, de jovens, entre outros, manifestam publicamente a recusa à dominação (Canclini, 1999: 46-47). Porém, ainda que expressem resistência, pode acontecer que se detenham na reação corporativista contra a crise (Id. p. 284); pode acontecer que absolutizem o enquadramento territorial originário das etnias (Id. p. 144). Talvez seja por isso que esses movimentos, pretendendo construir alternativas aos partidos e governos, “não conseguiram erigir em nenhum país projetos globais e, menos ainda, políticas que reestruturarem os aparelhos estatais e as economias em declínio” (Id. p. 284).

É bem verdade que os meios eletrônicos “fizeram irromper as massas populares na esfera pública”(Id.p.50)². Mas, por outro lado, os movimentos de esquerda ou simplesmente democráticos têm se mostrado pouco capazes “para atuarem nos cenários estratégicos decisivos da economia, da política e da comunicação, que são os cenários dos meios eletrônicos” (Id. p. 56. 129). Ora, sob o aspecto político, restringir o exercício da cidadania ao nível local ou nacional se compara a “enfrentar a Sony ou a Nestlé com estratégia de varejista” (Id. p. 280). Enquanto as ações de massa não desenvolverem intervenções adequadas à extensão e eficácia da mídia, prevalecerão “as dissidências atomizadas, os comportamentos grupais erráticos, conectados mais pelo imaginário do consumo e menos pelos desejos comunitários” (Id. p. 287).

A eficácia dos movimentos urbanos, étnicos, juvenis, feministas, de consumidores, ecológicos, etc., depende “da reorganização do espaço público. Suas ações são de baixa ressonância quando se limitam a usar as formas tradicionais de comunicação... Seu poder cresce e atuam nas redes massivas...” (Canclini, 2003a: 288). Canclini insiste na idéia de que houve uma mudança estrutural nas “condições em que a sociedade civil pode falar consigo mesma” e que, pelo fato de as majorias se informarem nos meios eletrônicos, devem-se fazer neles os debates de interesse público (1999: 56. 287). Esse pesquisador reconhece que os setores menos

² M. Castells chega a qualificar o zapatismo como um “movimento de guerrilha informacional” (2000: 97ss.).

integrados no mercado capitalista de bens materiais e simbólicos, cuja configuração do público/privado e da inclusão/exclusão continua sendo determinada “pelas tradições e crenças locais ou regionais”, podem encontrar “instâncias de globalização nos movimentos dos direitos humanos, feministas, ecológicos etc.” (Id. p. 282).

Scherer-Warren destaca a relação de mão dupla entre as redes sociais diretas e as redes informatizadas. Estas últimas “têm permitido conectar o local e o global”, servindo como “canais de difusão de problemas sociais localizados para uma esfera pública planetária”; inversamente, as agendas políticas globais, construídas por meio da interação dos atores transnacionais, são transmitidas e passíveis de reinterpretações aos indivíduos em suas vidas cotidianas” (1999: 84).

Com base em uma distinção de esferas geográficas e comunicacionais do público, proposta por John Keane – esferas micropúblicas (espaços locais: reuniões de vizinhos, igrejas, movimentos sociais, etc.), esferas mesopúblicas (de alcance nacional e regional: jornais de circulação nacional e regional e meios eletrônicos de alcance similar) e esfera macropública (agências internacionais de notícias e empresas transnacionais multimídia) – Canclini enfatiza que “quando se quer interferir na vida pública, deve-se trabalhar em todas as escalas. Deve-se considerar como o poder se reorganiza ao articular vários cenários e circuitos” (2003b: 176). Levar em conta “a complexidade dos cenários sociais existentes e a dialeticidade de múltiplas e variadas práticas sociais”, é uma condição pragmaticamente indispensável para a execução de projetos emancipadores, constituídos por e construtores de sujeitos sociais libertários, para o “desenvolvimento de uma esfera pública globalizável” e para a “construção de uma sociedade planetária” (Scherer-Warren, 1999: 17). Com efeito, nos cenários da globalização, as redes informatizadas de movimentos sociais tendem a “articular sujeitos de várias escalas, das mais locais às mais globais” (Id. *ibid.*).

De acordo com João A. Nunes, uma vasta rede de movimentos sociais e de ONGs se aglutinam em torno da promoção e defesa de uma “concepção ampla dos direitos humanos” e, em escala global, “estão a redesenhar os conceitos de cidadania e de justiça numa perspectiva cosmopolita” (Nunes, 2004: 18-19). Segundo o mesmo autor, a importância dessas “forças que protagonizam um novo cosmopolitismo” cresce à medida que se torna problemática a efetiva capacidade dos Estados-nação de garantir e proteger os direitos humanos, na era da globalização hegemônica (Id., p. 19).

Para enfrentar os agentes globalizadores que seguem a lógica do mercado, os grupos subordinados devem preencher pelo menos dois requisitos: “atuar em circunstâncias diversas e distantes e, ao mesmo tempo, fortalecer os organismos locais (nas cidades e nos Estados nacionais) a fim de limitar os movimentos do capital...” (Canclini, 2003b: 169). Mas, para que esta proposta obtenha êxito, ela

terá que passar por acordos regionais e “caminhar para um governo e uma cidadania mundiais”, pois, “se cada Estado fizer isto por separado, os capitais irão para outro lugar” (Id. *Ibid.* Höffe, 2005)³.

Se isso é o caso, os Estados-nação, por mais que devam ser desconstruídos, são imprescindíveis para que a sociedade civil não se dobre aos interesses empresariais e estes não se dobrem aos interesses dos investidores. Trata-se, pois, de “refazer conjuntamente o papel do Estado e da sociedade civil... Precisamos repensar ao mesmo tempo as políticas e as formas de participação, o que significa ser cidadãos e consumidores” (Canclini, 1999: 277). Esta reformulação deve ter como foco a elaboração de um novo conceito de esfera pública. Esta já não é mais, como no início da modernidade, o “lugar de participação racional a partir do qual se determina a ordem social”, ou seja, a vontade pública não resulta mais da discussão e da publicidade de opiniões individuais (Canclini, 2003a: 286). “Nem subordinada ao Estado, nem dissolvida na sociedade civil, a esfera pública reconstitui-se simultaneamente na tensão entre ambos” (Canclini, 1999: 277)⁴. Ela pode ser pensada como um espaço de heteroglossia, no qual se fortalecem certos significados e tradições e, ao mesmo tempo, novas forças podem colocar diferentes significados ou ênfases aos mesmos conceitos, de modo tal que sejam evitados os riscos de centralização e autoritarismo. Importa frisar aqui que a sociedade civil não se confunde com o mercado e que a redefinição da esfera pública requer que o absolutismo do mercado seja questionado e o programa neoliberal, desfatalizado (Id., p. 283).

Exemplificando com as políticas culturais, do ponto de vista dos movimentos sociais, trata-se, acima de tudo, de “revitalizar o Estado como representante do interesse público, como árbitro e assegurador das necessidades coletivas de informação, recreação e inovação, garantindo que estas não sejam sempre subordinadas à rentabilidade comercial” (Id. p. 278). Canclini contesta a separação entre, de um lado, a tarefa do Estado de preservar o patrimônio tradicional e, do outro lado, o investimento lucrativo na indústria cultural por empresas e órgãos privados da sociedade civil (2003a: 89-90. 197). Face à tendência de privatização da

³ Com o objetivo de institucionalizar e assegurar a durabilidade de um “espaço público transnacional”, Héctor Leis propõe juntar à atual Assembléia Geral da ONU um conjunto de representantes da sociedade civil, tanto da área econômica como não econômica, que tenham mérito e prestígio à escala mundial e que possam contribuir para tornar mais eficaz a resolução de problemas (2000: 11. 70).

⁴ Canclini contesta o uso da expressão “sociedade civil” como mais um “conceito totalizador a negar o heterogêneo e desintegrado conjunto de vozes que circulam pelas nações” (1999: 58). Ele elogia Jean L. Cohen e Andrew Arato pelo fato de distinguirem e, ao mesmo tempo, incluírem no conceito de sociedade civil “a esfera íntima (especialmente a família), a esfera das associações (especialmente associações voluntárias), os movimentos sociais e as formas de comunicação pública” (Id., *ibid.*).

cultura, por conta da apropriação dos espaços estratégicos da vida pública pelas indústrias culturais, ele propõe que os atores estatais e intergovernamentais, enquanto representantes de interesses públicos, ajudem a “situar os intercâmbios comerciais em relação a outras interações sociais e culturais onde se administra a qualidade de vida e que não são redutíveis ao mercado, como os direitos humanos, a inovação científica e estética, a participação social, a preservação de patrimônios naturais e sociais” (2003b: 176).

Para tanto, na opinião balizada desse antropólogo, os estudos sobre políticas culturais, os movimentos sociais, os partidos que criticam o neoliberalismo, etc., devem “fazer valer o interesse público nas rádios e na televisão, nas tecnologias de ponta, na investigação científica e na inovação estética que estão circulando pelos meios de comunicação de massa e pelas redes informáticas” (1999: 278)⁵. A fim de hibridar os repertórios multiculturais que esta época global expande, urge “que os acordos de livre comércio sejam acompanhados por regras que ordenem e fortaleçam o espaço público transnacional” (2003a: XXXVII).

A globalização dos bens materiais e da informação e a convergência planetária em certos hábitos de consumo, as integrações entre países e o multiculturalismo exigem que se busquem formas supranacionais e pós-locais de administrar os conflitos. Além de contribuir com a solução do espinhoso problema de “estender a sistemas transnacionais de administração processos de democratização restritos às comunidades nacionais” (Canclini, 1999: 282), a análise desses conflitos deve levar em conta as diferentes formas de configuração do público e do privado e dos processos de inclusão e exclusão, levadas a efeito “pelas tradições e crenças locais ou regionais” (Id. *Ibid.*). Nomear os outros, fazer acordos de intercâmbio em que todos entendam o mesmo ou algo equivalente, traduzível, quando se fala em direitos e responsabilidades, requer que o público seja recuperado “como o coletivo multicultural”, requer que se construa “uma esfera pública transnacional onde as concepções culturais não sejam politicamente incomensuráveis” (Canclini, 2003b: 109). No mundo globalizado, se não escolhermos viver “em estado de hibridação”, isto é, de intercâmbio cultural, estamos escolhendo viver “em estado de guerra” (Canclini, 2003a: XXVII). A governabilidade do mundo depende, em boa medida, de darmos um lugar ao sol também para aqueles que não gostam de nós (Canclini, 2002: 63). Um desafio de tamanha envergadura diz respeito não só à política sociocultural, mas também à “gestão da subjetividade” (1999: 280;

⁵ Canclini reclama que é preciso superar a “concepção gutemberguiana de cultura” (1999: 278). Mas isso não implica deixar de prestigiar a alta-cultura (escolas, editoras, bibliotecas e museus públicos).

2003b: 109; 2005: 200-208)⁶. Considerando a polarização entre os vários interesses e valores em jogo no atual contexto da globalização, Héctor Leis acredita que a “rede de organizações não-governamentais local-globais” está em condições de superar tal polarização e que essa rede “aponta na direção de uma maior governabilidade” (2000: 55). A viabilidade da construção de bases firmes para uma governabilidade global e da democratização das relações internacionais depende da organização de um espaço público transnacional, que é o desafio mais oportuno e prioritário deste momento (Id., p. 54).

2. Cidadania global

A redefinição da esfera pública, nos termos anteriormente expostos, contrasta com noção westphaliana de cidadania, a qual, no entender de Richard Falk, ainda em vigor no mundo atual: “Apesar da globalização em vários aspectos, os indivíduos continuam cada vez mais a serem presos em uma rede estatista de direitos, deveres e identidades” (Falk, 2004: 147). Ao ver de Leis, “a maioria dos políticos ainda se comporta como se o mundo desenhado na Europa com o Tratado de Westphália continuasse existindo. Eles negam a perceber que a política mundial deixou de girar em torno da noção de soberania nacional” (2000: 54)⁷. Uma noção alternativa de esfera pública exige que se abra a noção estatizante, jurídico-política, de cidadania à diversidade multicultural (Canclini, 1999: 46-48); exige um novo modo de ser cidadão (Id. p. 55).

⁶ Para revitalizar a vida pública, os Estados, os organismos supranacionais e as entidades sociais podem atuar em áreas estratégicas, tais como: 1) “reservar o papel protagonístico às pessoas” e não aos indicadores de mercado, de tal modo que “os consumidores e criadores culturais se transformem em cidadãos” (Canclini, 2003b: 177-178); quanto a isso, há que se garantir expressão política, jurídica e cultural (transfronteiriça) às comunidades econômicas e simbólicas multiterritoriais ou diaspóricas (Id. p. 178-180); 2) “considerar melhor os bens e mensagens que a sociedade, e cada grupo dentro dela, conseguem comunicar a públicos maciços através do mercado”; trata-se aqui de não restringir o incentivo, a divulgação e a comercialização às produções culturais que resultam da aliança do conservadorismo estético com os efeitos especiais de tecnologias de ponta e com o populismo político (Id. p. 180-181); 3) “reverter a tendência à simples privatização e desnacionalização das instituições e dos programas de ação cultural”, o que demanda reconstruir o papel do Estado como “agente do coletivo multicultural”, como regulador e árbitro dos conflitos entre interesses de empresas privadas, como apoiador das iniciativas sociais mais vulneráveis ou não-lucrativas e coordenador de ações de valor público, de modo a evitar que as atividades culturais sejam reduzidas a mercadorias, defender aquilo que na vida simbólica das sociedades não pode ser comercializável, fortalecer o patrimônio adquirido historicamente nas lutas sociais (Id. p. 181-182); 4) “construção de programas e instituições culturais regionais que acompanhem a integração comercial entre as nações” (Id. p. 182-183).

⁷ Canclini denuncia tanto a omissão dos representantes de governos e dos *lobbies* empresariais de incluírem os temas culturais na agenda dos acordos regionais, restringindo-os à área econômica, quanto a sua tendência de selarem esses acordos “sem que se tenha institucionalizado um espaço público nessa escala com a presença dos atores sociais” (2003b: 116. 173-175).

A propósito, a afirmação da diversidade cultural frente à transnacionalização econômico-simbólica requer a diminuição da desigualdade social⁸. Pois, para que e para quem servem os processos de integração comercial transnacionais, se para a grande maioria da população faltam os recursos básicos que lhes permitem entrar em contato com seus semelhantes? (Id. p. 276). Além disso, os cidadãos multiculturais devem contar com “uma informação e um poder cultural comparáveis – não equivalentes – aos que os atores transnacionais detêm” (Canclini, 2005: 159). No espaço público global e multicultural, o efetivo exercício da cidadania está condicionado à apropriação criativa de pertencimento cultural, de recursos econômicos e de informações (Id., p. 31)⁹. Outra condição imprescindível a essa cidadania é que se tornem “convivíveis diferenças que não podem ser reduzidas a um denominador comum” (Id., p. 179).

Além disso, a cidadania deve ser vinculada ao consumo, uma vez que é possível e desejável ser consumidor exercendo “como cidadãos uma reflexão e uma experimentação mais ampla que leve em conta as múltiplas potencialidades dos objetos, que aproveite o seu ‘virtuosismo semiótico’ nos variados contextos em que as coisas nos permitem encontrar com pessoas” (Canclini, 1999: 91)¹⁰; é possível ao consumidor situar-se em processos de interação que não se restrinjam àquele regulado pelo mercado capitalista, pois as coisas e as mensagens são intercambiadas para cumprirem funções múltiplas: “para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais” (Canclini, 1999: 91).

Com o exercício reflexivo da cidadania, deve ser articulado o consumo, de modo a cumprir os seguintes requisitos:

- a) uma oferta vasta e diversificada de bens e mensagens representativos da variedade internacional dos mercados, de acesso fácil e equitativo para as maiorias; b) informação multidirecional e confiável a respeito da qualidade dos produtos, cujo controle seja efetivamente exercido por parte dos consumidores, capazes de refutar as pretensões e seduções da

⁸ Quanto a isso, tratando dos imperativos transculturais para orientar e fecundar o diálogo intercultural, Boaventura de S. Santos cunhou a expressão que virou clássica: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (2003: 458).

⁹ Dito de forma negativa: o não-cidadão é um despossuído de integração, de recursos, de conexões e de identidade reconhecida.

¹⁰ Em todas as sociedades, a função mercantil é apenas uma das muitas funções que os objetos exercem. Na sua “biografia”, cada objeto é utilizado com significados distintos e cambiantes. Canclini mostra-se receptivo em relação à distinção entre quatro tipos de valor dos objetos em nossa sociedade, de Baudrillard: valor de uso, valor de troca, valor signo e valor símbolo (2005: 40-41).

propaganda; c) participação democrática dos principais setores da sociedade civil nas decisões de ordem material, simbólica, jurídica e política em que se organizam os consumos: desde o controle de qualidade dos alimentos até as concessões de frequências radiais e televisivas... (Id. p. 89-90)

Onde e quando essas exigências se efetivam, o consumo deixa de ser “mera posse individual de objetos isolados” para se tornar “apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção como outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para receber e enviar mensagens” (Id. p. 90). As ações políticas pelas quais os consumidores ascendem à condição de cidadãos implicam que o mercado seja concebido não mais como “simples lugar de troca de mercadorias”, mas como “parte de interações socioculturais mais complexas” (Id. *Ibid.*). Os consumidores podem expandir o lado ativo de seus comportamentos “até reinventar o modo de ser cidadão” (Canclini, 2003b: 59). No entanto, o consumo só pode ser “um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e agir significativa e renovadamente na vida social”, se houver a reconquista criativa dos espaços públicos, por parte dos consumidores-cidadãos (Canclini, 1999: 92).

Nas condições das cidades de nosso tempo, a cultura local em que, como cidadãos, estamos enraizados, “é o ponto de intersecção de múltiplas tradições nacionais – as dos migrantes reunidos em qualquer metrópole – que por sua vez são reorganizadas pelo fluxo transnacional de bens e mensagens” (Id., p. 60). Nesse contexto, em que as identidades se organizam mais em torno de símbolos da cultura internacional-popular do que de símbolos histórico-territoriais, o exercício da cidadania terá de adotar formas de solidariedade política nacional e transnacional, como as dos movimentos ecológicos e das organizações não-governamentais (Id., p. 63). “A globalização aparece como uma necessidade que deve ser expressa por um exercício global da cidadania” (Id. p. 283). Mas esse exercício global deve ser pensado e vivido de múltiplas formas.

Com efeito, as necessidades culturais das grandes cidades requerem políticas multissetoriais, adaptadas à complexa heterogeneidade do “público” (zonas, estratos econômicos, graus de escolaridade, faixas etárias, etc.); políticas culturais diferenciadas, que atendam à pluralidade de gostos e formas de ser; políticas que promovam tradições locais e contribuam para que se mantenham os perfis históricos que distinguem os habitantes de uma cidade; finalmente, políticas que combinem o enraizamento territorial de bairros ou grupos “com a participação solidária na informação e com o desenvolvimento cultural proporcionado pelos meios de comunicação de massa, na medida em que estes tornem presentes os interesses públicos” (Id., p. 137-139).

Inspirado em Giddens¹¹ e pensando nas condições de possibilidade de “uma cidadania ecumênica que vá possibilitando a governabilidade mundial com bases democráticas”, Canclini declara-se de certo modo esperançoso quanto à atuação dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais (Id., p. 283-289). Em face da decadência das burocracias estatais, “instâncias não-governamentais e apartidárias começam a fazer valer o público” (Id., p. 92). Elas desempenham uma importantíssima função sociopolítica de intermediação, ou seja, de “superar a oposição dualista entre Estados e cidadãos, empresas e consumidores, macro-instituições e comunidades” (Canclini, 2003b: 191). Na mesma linha de raciocínio, Scherer-Warren diz que as ONGs, especialmente as que atuam translocal e transnacionalmente, “fazem a mediação e a tradução de problemas concretos localizados regionalmente, para configurações simbólicas universalizáveis, passíveis de compreensão no cenário global” (Scherer-Warren, 1999: 81). Em sua atuação, elas se identificam, simultaneamente, com as concepções particulares e diversas das populações-alvo nativas e com as concepções ético-políticas universalizáveis. A sua eficácia política depende de sua sensibilidade à hibridação cultural e de seu empenho para construir “convergências transculturais, abertas ao pluralismo e à transposição de barreiras ideológicas segregacionistas, étnicas, religiosas, regionalistas, classistas ou partidárias” (Id., *ibid.*).

A ação desses intermediários se orienta por uma concepção do público em termos de “processos de comunicação mais complexa”, em cujo quadro se legitimam as instituições e se refaz o consenso social (Canclini, 2003b: 191).

À medida que desenvolvem sua ação de forma transnacional, muitos movimentos intermediários conseguem inserir-se ao mesmo tempo em várias escalas dos processos sociopolíticos, com mais flexibilidade que os Estados nacionais, os organismos intergovernamentais e os agrupamentos estritamente locais. Competem em versatilidade com as mega-empresas que reordenam os mercados, comunicam as sociedades e configuram uma “sociedade civil mundial” centrada no consumo e indiferente à cidadania (Id., *ibid.* Grifos meus).

As ONGs e outros centros de ação internacional se beneficiam da possibilidade de se informarem rapidamente, sem a censura das grandes agências de informação sobre conflitos como os da Iugoslávia e Chiapas...” (1999: 279. Grifo meu).

¹¹ Em 1995, Giddens afirmou que “já existe governo global e já existe sociedade civil global” precisamente no parágrafo em que demonstrou o crescimento numérico de organizações cooperativas que atuam em nível global, dentre as quais citou o *Greenpeace* e a Anistia Internacional: “Na virada do século, por exemplo, havia cerca de 20 organizações internacionais governamentais e 180 organizações não-governamentais. Hoje [1995] há cerca de 300 das primeiras e quase 5.000 das últimas” (Giddens, 2005: 152).

Se o conceito de espaço público, concernente às políticas emancipatórias, “deve incorporar a política participatória cosmopolita e as diversidades típicas do espaço público de comunidades etnolingüísticas nacionais”, então o cidadão cosmopolita deve ser concebido como um “agente reflexivo no contexto de sua sociedade civil ‘doméstica’ e no espaço público mais global” (Scherer-Warren, 1999: 82). Além de articular diferentes posições de sujeito do agente social, o conceito de cidadania global “permite uma pluralidade de compromissos e o respeito pela liberdade individual” (Mouffe apud Scherer-Warren, 1999: 82). Esta idéia de cidadania parece adequar-se ao “potencial de atuação política das ONGs, quando essas estabelecem intercâmbios e trabalhos de cooperação, mediante a construção de redes intersetoriais ou inter-temáticas” (Scherer-Warren, 1999: 83).

Em outro texto, essa pesquisadora argumenta a favor da tese de que os movimentos sociais que têm conseguido maior projeção e legitimidade no cenário público transnacional são aqueles que, em seu agir coletivo, combinam a articulação em redes, através da mediação das ONGs, e as manifestações massivas, por exemplo, as marchas (Scherer-Warren, 2000: 27).

Manifestamente, esse exercício incoativo de cidadania deve ser avaliado não apenas em função da eficácia política. Há que se destacar os imperativos éticos, observáveis na “construção de convergências trans-culturais”, convergências que resultam da construção histórica coletiva de movimentos sociais, cujas conquistas têm sido traduzidas nas declarações universais dos direitos humanos” (Scherer-Warren, 1999: 81)¹². Com efeito, a cidadania global pressupõe, simultaneamente, a universalização de valores democráticos, como a responsabilidade e a solidariedade, e o respeito aos direitos e valores culturais locais (Id. p. 83; 2000: 44-45). Scherer-Warren se arrisca a falar da “emergência de um movimento civilizatório”, cujos maiores desafios incluem “a convivência e a cidadania a partir de relações multiculturais” (2000: 39-40)¹³. Héctor R. Leis se refere a essa “matriz civilizatória”, que “emana dos movimentos e organizações da sociedade civil”, em termos de “globalismo comunicativo”, que se opõe tanto ao “globalismo abstrato” e homogeneizador do mercado quanto ao “globalismo particularista” e cismático-totalizador dos Estados-nação (2000: 71-76).

¹³ Em outra passagem, a autora expõe as principais idéias-força que orientam a participação dos sujeitos coletivos (redes interpessoais e interorganizacionais): 1) ética na política, priorizando os fins públicos não clientelísticos; 2) democratização da esfera pública, com participação plural e combinação de democracia direta com democracia representativa; 3) inclusão social, econômica e cultural; 4) solidariedade e responsabilidade com o bem comum (1999: 61-62).

¹⁴ Alain Touraine concebe a “sociedade multicultural” como aquela que “combina a unidade de uma organização social com a pluralidade das pertencas e das referências culturais. A idéia deve ser interpretada assim: vivamos e trabalhemos juntos ao mesmo tempo que reconhecemos nossas diferenças culturais (1999: 230)

Considerações finais

A partir de uma perspectiva emancipatória, o contexto da globalização oportuniza e exige uma redefinição do espaço público e da cidadania, cujo foco é a articulação das ações locais, multiculturais, multisetoriais com ações unificadoras e globais, pela mediação das ONGs e outras redes de movimentos sociais, suposto que nem os Estados-nação nem o mercado poderão resolver os múltiplos e graves problemas da maioria da população mundial. No plano simbólico, essa redefinição implica o uso de metáforas e conceitos analítico-propositivos, já que, além de desmontar as posições teóricas opostas, elas devem poder orientar a ação social, política e cultural, como também servir de referência para o debate necessário e adequado acerca da relação entre direitos humanos e multiculturalismo.

Referências

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FALK, Richard. Uma matriz emergente de cidadania: complexa, desigual e fluida. In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Editora UFRJ, 1999.

_____. *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003a.

_____. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003b.

_____. *Latinoamericanos buscando lugar em este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GIDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HÖFFE, Otfried. *A democracia no mundo de hoje*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LEIS, Héctor Ricardo. Globalização e democracia: necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Socius & Editora da UFSC, 2000.

NUNES, João Arriscado. Apresentação – Um novo cosmopolismo? Reconfigurando os direitos humanos. In: BALDI, César Augusto (Org.). *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Movimentos em cena... e as teorias por onde andam? In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa: Socius & Ed. da UFSC, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.